

Projeto de Lei nº 4764, de 2023

Iniciativa: Senador Eduardo Gomes (PL/TO)

Ementa:

Altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001 que “estabelece princípios gerais da Política Nacional do Cinema, cria o Conselho Superior do Cinema e a Agência Nacional do Cinema - ANCINE, institui o Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Cinema Nacional - PRODECINE, autoriza a criação de Fundos de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional - FUNCINES, altera a legislação sobre a Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional e dá outras providências”, e a Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, que “cria mecanismos de fomento à atividade audiovisual e dá outras providências” para reinstaurar a obrigatoriedade de exibição comercial de obras cinematográficas brasileiras até 31 de dezembro de 2038, exigir análise de impacto regulatório para definição do número de sessões destinadas a obras brasileiras e remover os limites de aporte de recursos em projeto de obras audiovisuais brasileiras.

Assunto: Política Social - Cultura**Data de Leitura:** -

Tramitação encerrada

Decisão: Prejudicada**Último local:** 19/12/2023 - Coordenação de Arquivo**Destino:** Ao arquivo**Último estado:** 19/12/2023 - PREJUDICADA

Despacho:

17/10/2023

Decisão da Presidência**Tramitação Conjunta****Análise - Tramitação sucessiva****Análise - Tramitação sucessiva, Instrução da matéria**

(SF-CCDD) Comissão de Comunicação e Direito Digital

(SF-CAE) Comissão de Assuntos Econômicos

(SF-CE) Comissão de Educação e Cultura

Relatoria:

CCDD - (Comissão de Comunicação e Direito Digital)**Relator(es):**Senador Humberto Costa (encerrado em 13/12/2023 -
Deliberação da matéria)**PLEN - (Plenário do Senado Federal)****Relator(es):**Senador Humberto Costa (encerrado em 19/12/2023 - Matéria
deliberada no plenário)

TRAMITAÇÃO

19/12/2023 SF-SEADI - Secretaria de Atas e Diários

Ação: Processo transferido para arquivamento intermediário na COARQ.**Recebido em:** 2023-12-19 às 19:16 por SF-COARQ - Coordenação de Arquivo

19/12/2023 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: PREJUDICADA**Ação:** (Sessão Deliberativa Extraordinária, realizada em 19/12/2023)

Encaminhado à publicação e aprovado o Requerimento nº 28, de 2023, da Comissão de Comunicação e Direito Digital,

TRAMITAÇÃO

solicitando urgência para a matéria.
Proferido pelo Senador Humberto Costa o Parecer nº 230, de 2023-PLEN/SF, favorável ao Projeto de Lei nº 5.497, de 2019, e pela prejudicialidade do Projeto de Lei nº 4.764, de 2023.
Discussão encerrada.
O Projeto de Lei nº 5.497, de 2019, aprovado nos termos do parecer, vai à sanção.
O Projeto de Lei nº 4.764, de 2023, prejudicado, vai ao Arquivo.

Publicado no DSF Páginas 26-28 - DSF nº 222

19/12/2023 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Recebido o Relatório do Senador Humberto Costa.

18/12/2023 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: INCLUÍDA EM ORDEM DO DIA

Ação: Incluído em Ordem do Dia da Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial de 19/12/2023.
Designado o Senador Humberto Costa Relator de Plenário.
(Pendente de aprovação do Requerimento nº 28, de 2023, da Comissão de Comunicação e Direito Digital, solicitando urgência para a matéria)

13/12/2023 CAE - Comissão de Assuntos Econômicos

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Matéria aguardando distribuição.

13/12/2023 CCDD - Comissão de Comunicação e Direito Digital

Ação: Encerrada a relatoria do Senador Humberto Costa por deliberação da matéria.

13/12/2023 CCDD - Comissão de Comunicação e Direito Digital

Situação: APROVADO PARECER NA COMISSÃO

Ação: Na 15ª Reunião (Extraordinária), realizada nesta data, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 5.497, de 2019, contrário às Emendas nº 1 e 2-CCDD e pela prejudicialidade do Projeto de Lei nº 4.764, de 2023.
Aprovada, também, a apresentação de requerimento de urgência para a matéria (REQ. 28/2023-CCDD).
À CAE.

Publicado no DSF Páginas 255-268 - DSF nº 223

13/12/2023 CCDD - Comissão de Comunicação e Direito Digital

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Recebido do Senador Humberto Costa o relatório pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.497, de 2019, com a rejeição das Emendas nº 1 e 2-CCDD e a prejudicialidade do Projeto de Lei nº 4.764, de 2023.

12/12/2023 CCDD - Comissão de Comunicação e Direito Digital

Ação: Recebido o Requerimento nº 26-CCDD para retirada da Emenda 3 ao Projeto de Lei nº 5497, de 2019.

TRAMITAÇÃO

11/12/2023 CCDD - Comissão de Comunicação e Direito Digital

Ação: Matéria constante da Pauta da 15ª Reunião da Comissão de Comunicação e Direito Digital, agendada para o dia 13/12/2023.

11/12/2023 CCDD - Comissão de Comunicação e Direito Digital

Ação: Distribuído ao Senador Humberto Costa, para emitir relatório.

11/12/2023 CCDD - Comissão de Comunicação e Direito Digital

Ação: Recebida a Emenda nº 3, de autoria do Senador Eduardo Gomes, ao Projeto de Lei nº 5497, de 2019 (que tramita em conjunto com o Projeto de Lei nº 4764, de 2023).

07/12/2023 CCDD - Comissão de Comunicação e Direito Digital

Ação: Recebidas as Emendas nº 1 e 2 ao PL 5497, de 2019 (que tramita em conjunto com o PL 4764, de 2023), de autoria do Senador Astronauta Marcos Pontes.

17/10/2023 CCDD - Comissão de Comunicação e Direito Digital

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Recebido nesta data na Comissão.

17/10/2023 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: MATÉRIA DESPACHADA

Ação: A Presidência determina, nos termos do artigo 48, §1º, do Regimento Interno, a tramitação conjunta do Projeto de Lei nº 5.497, de 2019, com o Projeto de Lei nº 4.764, de 2023, por tratarem de tema correlato.
As matérias passam a tramitar em conjunto e vão ao exame da CCDD, seguindo posteriormente à CAE e, em seguida, à CE.

Publicado no DSF Páginas 149 - DSF nº 181

02/10/2023 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: AGUARDANDO DESPACHO

Ação: Autuado o Projeto de Lei nº 4764/2023. O projeto vai à publicação.

Publicado no DSF Páginas 173-179 - DSF nº 172

DOCUMENTOS

PL 4764/2023

Data: 02/10/2023

Autor: Senador Eduardo Gomes (PL/TO)

Local: Plenário do Senado Federal

Ação Legislativa: Autuado o Projeto de Lei nº 4764/2023. O projeto vai à publicação.

Descrição/Ementa: Altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001 que “estabelece princípios gerais da Política Nacional do Cinema, cria o Conselho Superior do Cinema e a Agência Nacional do Cinema - ANCINE, institui o Programa de Apoio ao

DOCUMENTOS

Desenvolvimento do Cinema Nacional - PRODECINE, autoriza a criação de Fundos de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional - FUNCINES, altera a legislação sobre a Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional e dá outras providências”, e a Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, que “cria mecanismos de fomento à atividade audiovisual e dá outras providências” para reinstaurar a obrigatoriedade de exibição comercial de obras cinematográficas brasileiras até 31 de dezembro de 2038, exigir análise de impacto regulatório para definição do número de sessões destinadas a obras brasileiras e remover os limites de aporte de recursos em projeto de obras audiovisuais brasileiras.

Avulso inicial da matéria

Data: 02/10/2023
Autor: Senado Federal
Local: Plenário do Senado Federal

Descrição/Ementa: -

Relatório Legislativo

Data: 13/12/2023
Autor: Senador Humberto Costa (PT/PE)
Local: Comissão de Comunicação e Direito Digital

Ação Legislativa: Recebido do Senador Humberto Costa o relatório pela aprovação do Projeto de Lei nº. 5497, de 2019, com a rejeição das Emendas nº 1 e 2-CCDD e a prejudicialidade do Projeto de Lei nº. 4764, de 2023.

Descrição/Ementa: Da COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL, sobre o Projeto de Lei nº 5497, de 2019, da Câmara dos Deputados, que altera a Medida Provisória nº. 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, que estabelece princípios gerais da Política Nacional do Cinema, para prorrogar o prazo de obrigatoriedade de exibição comercial de obras cinematográficas brasileiras, e o Projeto de Lei nº. 4764, de 2023, do Senador Eduardo Gomes, que altera a Medida Provisória nº. 2.228-1, de 6 de setembro de 2011, que “estabelece princípios gerais da Política Nacional do Cinema, cria o Conselho Superior do Cinema e a Agência Nacional do Cinema - ANCINE, institui o Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Cinema Nacional - PRODECINE, autoriza a criação de Fundos de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional - FUNCINES, altera a legislação sobre a Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional e dá outras providências”, e a Lei nº. 8.685, de 20 de julho de 1993, que “cria mecanismos de fomento à atividade audiovisual e dá outras providências” para reinstaurar a obrigatoriedade de exibição comercial de obras cinematográficas brasileiras até 31 de dezembro de 2038, exigir análise de impacto regulatório para definição do número de sessões destinadas a obras brasileiras e remover os limites de aporte de recursos em projeto de obras audiovisuais brasileiras.95, de 8 de julho de 2022 (Lei Paulo Gustavo), para prorrogar o prazo de execução dos recursos por Estados, Distrito Federal e Municípios.

Listagem ou relatório

Data: 13/12/2023
Autor: Comissão de Comunicação e Direito Digital
Local: Comissão de Comunicação e Direito Digital

Descrição/Ementa: Listagem ou relatório descritivo-Lista de Presença da reunião da 15ª Reunião CCDD

P.S 81/2023 - CCDD

Data: 13/12/2023
Autor: Comissão de Comunicação e Direito Digital
Local: Comissão de Comunicação e Direito Digital

Ação Legislativa: Na 15ª Reunião (Extraordinária), realizada nesta data, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 5.497, de 2019, contrário às Emendas nº 1 e 2-CCDD e pela prejudicialidade do Projeto de Lei nº 4.764, de 2023.

Aprovada, também, a apresentação de requerimento de urgência para a matéria (REQ. 28/2023-CCDD).
À CAE.

Descrição/Ementa: Da COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL, sobre o Projeto de Lei nº 5497, de 2019, da Câmara dos Deputados, que altera a Medida Provisória nº. 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, que estabelece princípios gerais da Política Nacional do Cinema, para prorrogar o prazo de obrigatoriedade de exibição comercial de obras cinematográficas brasileiras, e o Projeto de Lei nº. 4764, de 2023, do Senador Eduardo Gomes, que altera a Medida Provisória nº. 2.228-1, de 6 de setembro de 2011, que “estabelece princípios gerais da Política Nacional do Cinema, cria o Conselho Superior do Cinema e a Agência Nacional do

DOCUMENTOS

Cinema - ANCINE, institui o Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Cinema Nacional - PRODECINE, autoriza a criação de Fundos de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional - FUNCINES, altera a legislação sobre a Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional e dá outras providências”, e a Lei nº. 8.685, de 20 de julho de 1993, que “cria mecanismos de fomento à atividade audiovisual e dá outras providências” para reinstaurar a obrigatoriedade de exibição comercial de obras cinematográficas brasileiras até 31 de dezembro de 2038, exigir análise de impacto regulatório para definição do número de sessões destinadas a obras brasileiras e remover os limites de aporte de recursos em projeto de obras audiovisuais brasileiras.95, de 8 de julho de 2022 (Lei Paulo Gustavo), para prorrogar o prazo de execução dos recursos por Estados, Distrito Federal e Municípios.

REQ 28/2023 - CCDD

Data: 13/12/2023

Autor: Senador Humberto Costa (PT/PE)

Local: Comissão de Comunicação e Direito Digital

Ação Legislativa: Na 15ª Reunião (Extraordinária), realizada nesta data, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 5.497, de 2019, contrário às Emendas nº 1 e 2-CCDD e pela prejudicialidade do Projeto de Lei nº 4.764, de 2023.

Aprovada, também, a apresentação de requerimento de urgência para a matéria (REQ. 28/2023-CCDD).
À CAE.

Descrição/Ementa: Requer, nos termos dos arts. 336, III, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 5497/2019, que “altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, que estabelece princípios gerais da Política Nacional do Cinema, para prorrogar o prazo de obrigatoriedade de exibição comercial de obras cinematográficas brasileiras”.

Relatório Legislativo

Data: 19/12/2023

Autor: Senador Humberto Costa (PT/PE)

Local: Plenário do Senado Federal

Ação Legislativa: Recebido o Relatório do Senador Humberto Costa.

Descrição/Ementa: Relatório - PL 5497/2019 e PL 4764/2023

P.S 230/2023 - PLEN

Data: 19/12/2023

Autor: Senador Humberto Costa (PT/PE)

Local: Plenário do Senado Federal

Descrição/Ementa: Parecer nº 230, de 2023-PLEN/SF